

ADVOGADO

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia com atenção o texto a seguir e responda às questões.

"Está na hora de outra miss negra"

Em 1984, Deise Nunes era uma das concorrentes do concurso rainha das Piscinas, realizado em Porto Alegre e, na época, uma das mais importantes vitrines do país para garotas que ambicionavam alcançar o cobiçado título de Miss Brasil. Deise venceu a competição naquele ano. Mas a coroação não foi tranquila. Os familiares das outras candidatas reclamaram, e foram necessárias três votações para confirmar a vitória. O motivo: parte dos envolvidos se recusava a aceitar que um dos concursos mais representativos do Rio Grande do Sul, conhecido por suas belezas loiras, graças à imigração europeia, sobretudo alemã, elegesse uma negra.

"No dia, percebi alguns comentários maldosos, mas só fui saber dos detalhes depois. Foi uma passagem lamentável", conta Deise, que dois anos depois foi coroada a primeira - e, até hoje, única - miss Brasil negra. Ficou entre as finalistas do *Miss Universo*. Terminou em sexto lugar. "As outras concorrentes estranhavam. Geralmente, as negras do concurso vinham só da África. Hoje isso já mudou um pouco", comenta.

Apesar do contato inicial com o preconceito, que quase a fez desistir da carreira de modelo, Deise decidiu continuar. Os conselhos de sua mãe foram decisivos. "Ela me mostrou que o racismo existia, mas que eu não poderia aceitá-lo calada", diz. "Muitos negros se resignaram, aceitaram a vitimização. Eu não me conformo com isso. É tudo difícil, mas é preciso insistir e insistir mais, até o fim." Deise, que atualmente vive com o marido e os dois filhos em Porto Alegre, fez trabalhos como modelo, apresentou programas de TV e, até hoje, é convidada a participar de júris e a dar palestras a novas misses. E vê sinais de mudança. "Os negros deixaram de ganhar só os papéis de pobres e de marginais nas novelas e nos filmes. O novo presidente dos EUA é negro. Algo está mudando de fato." Passados 22 anos de sua coroação máxima, Deise afirma que "já está na hora de aparecer outra miss Brasil negra. Espero que ela possa chegar mais longe do que eu." (VIVIAN WHITEMAN) (Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 22/11/08, p. 2)

01) Assinale a alternativa CORRETA de acordo com o texto:

- No trecho "Mas a coroação não foi tranquila" é demonstrada a opinião de Deise Nunes sobre o fato ocorrido.
- O texto se posiciona radicalmente sobre o lamentável preconceito sofrido pela modelo na época.
- O Rio Grande do Sul é um estado preconceituoso em função da imigração europeia.
- A condição do negro se modificou nesses 24 anos e isso se nota pelos papéis que os atores negros desempenham hoje nas novelas e nos filmes.

02) Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao terceiro parágrafo:

- No primeiro período, o pronome relativo "que" refere-se ao termo "preconceito".
- O pronome pessoal de "aceitá-lo" refere-se ao termo "racismo".
- A locução "apesar do" (apesar de + o), que inicia o terceiro parágrafo, exprime uma condição e não uma concessão.
- O pronome "isso" retoma o que foi dito anteriormente sobre racismo e sobre a vitimização que muitos negros aceitam.

03) Nos seguintes excertos "garotas que ambicionavam alcançar o cobiçado título de Miss Brasil." e "conta Deise, que dois anos depois foi coroada a primeira - e, até hoje, única - miss Brasil negra." têm-se, respectivamente:

- Uma oração subordinada objetiva direta e uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- Uma oração subordinada adjetiva restritiva e uma oração subordinada objetiva direta.
- Uma oração subordinada adjetiva restritiva e uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- Uma oração subordinada adjetiva explicativa e uma oração subordinada adjetiva restritiva.

04) Assinale a alternativa INCORRETA:

- Na oração "Deise venceu a competição naquele ano.", o predicado é composto por um objeto direto e um adjunto adverbial de tempo.
- "Algo está mudando de fato" é oração sem sujeito.
- "Os conselhos de sua mãe foram decisivos" traz um predicado nominal.
- "Ela me mostrou que o racismo existia" apresenta uma oração subordinada objetiva direta.

05) Com relação à regência dos verbos, assinale a alternativa INCORRETA:

- Em "não me conformo com isso", o verbo é transitivo direto.
- Em "venceu a competição", o verbo é transitivo direto.
- Em "se recusava a aceitar", o verbo é transitivo indireto.
- Em "não me conformo com isso", o verbo é transitivo indireto.

PROVA DE MATEMÁTICA

06) Uma pessoa, desejando fazer uma pintura em um muro vertical, apoia uma escada reta nesse muro em um ponto localizado a 2 metros do solo. Sendo o terreno horizontal e o ângulo formado entre a escada e o plano do solo 30°, pode-se afirmar que o comprimento

da escada é:

- 4 metros;
- 2 metros;
- 1 metro;

d) 8 metros;

07) Considere a circunferência contendo 8 pontos equidistantes. O número de triângulos que podemos obter a partir dos 8 pontos distintos distribuídos, é:

- a) 28
- b) 14
- c) 56
- d) 24

08) Uma torta de tomate em formato circular com 20 cm de diâmetro e 4 cm de espessura é fatiada em 10 pedaços iguais. Sabe-se que o valor calórico dessa torta é de 5 kcal por centímetro cúbico. Então se pode estimar que o valor calórico de cada uma dessas fatias, em quilocalorias, é igual a:

- a) 280
- b) 360
- c) 320
- d) 200

09) Um quadrado é cortado em 49 quadrados menores. Todos esses quadrados têm as medidas de seus lados, em centímetros, expressas por números inteiros positivos. Há exatamente 48 quadrados com área igual a 1 cm². O número de resultados possíveis para expressar, em cm², a medida da área do quadrado original é exatamente igual a:

- a) 3
- b) 2
- c) 1
- d) 5

10) O mês de fevereiro de um ano bissexto só terá cinco sábados se começar em um (a):

- a) Quarta-feira.
- b) Sábado.
- c) Domingo.
- d) Quinta-feira.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

11) O que representa a sigla CONAMA:

- a) Código Nacional do Meio Ambiente.
- b) Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- c) Conselho Nacional de Assistência do Meio Ambiente.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

12) O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência é um programa que tem como finalidade prestar o socorro à população em casos de emergência:

- a) Samu/130.
- b) Samu/156.
- c) Samu/190.
- d) Samu/192.

Com base na Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, responda as questões 13 a 14:

13) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento de compra em um processo licitatório será:

- a) Trinta dias para concurso, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- b) Trinta dias para tomada de preços, nos casos não especificados na alínea b do inciso anterior, ou leilão.
- c) Trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- d) Trinta dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.

14) São modalidades de licitação:

I – Concorrência.

II - Tomada de preços.

III – Convite.

IV – Concurso.

V - Leilão.

- a) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II, III e V estão corretas.

15) Das alternativas abaixo, assinale a alternativa que não caracteriza dispensa de licitação:

- a) Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para a modalidade convite – R\$ 15.000,00.
- b) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- c) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- d) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Assinale a alternativa correta:

- a) Constitui objetivos da República Federativa do Brasil a garantia do desenvolvimento nacional, a prevalência dos direitos humanos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Constitui objetivos da República Federativa do Brasil a prevalência dos direitos humanos, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.
- c) Constitui objetivos da República Federativa do Brasil a garantia do desenvolvimento nacional, a

construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza.

d) Constitui objetivos da República Federativa do Brasil a prevalência dos direitos humanos, a redução das desigualdades regionais e a garantia do desenvolvimento nacional.

17) Acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, julgue os itens a seguir.

I - No sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, os órgãos competentes aferem a compatibilidade de uma lei ou ato normativo com as normas explícitas e implícitas presentes no texto constitucional, avaliando a adequação tanto sob o ponto de vista formal quanto no que se refere ao aspecto material, circunstâncias que determinam um caráter eminentemente jurídico às suas decisões.

II - O controle de constitucionalidade abstrato de lei municipal em relação à Constituição Federal pode ser feito via arguição de descumprimento de preceito fundamental.

III - Considere a seguinte situação hipotética. O diretório nacional do partido X ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra medida provisória encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente da República. No trâmite do processo perante o STF, o único representante do partido X optou pela filiação em outra agremiação política. Nessa situação e com base na jurisprudência atual, a ação poderá ser concluída, pois inexistente a perda superveniente da legitimidade da ação.

IV - A propositura de eventual ação direta de inconstitucionalidade por omissão restringe-se às normas de eficácia limitada de princípio institutivo e de caráter impositivo, bem como às normas programáticas.

V - O governador de estado, além de ativamente legitimado à instauração do controle concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos, federais e estaduais, mediante ajuizamento da ação direta perante o STF, possui capacidade processual plena, dispondo de capacidade postulatória, enquanto ostentar a condição de agente político, sendo-lhe possível praticar, no processo de ação direta de inconstitucionalidade, quaisquer atos ordinariamente privativos de advogado.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa I está incorreta.
- d) Apenas, I, III e V estão corretas.

18) Quanto à responsabilidade civil da Administração Pública, pode-se afirmar que:

a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público baseia-se no risco administrativo, sendo, portanto, subjetiva.

b) A responsabilidade civil do Estado se confunde com as responsabilidades criminais e com as responsabilidades administrativas dos agentes públicos. Assim, por exemplo, a absolvição do servidor no juízo criminal afastará a responsabilidade civil do Estado.

c) A Constituição Federal de 1988 prevê que as pessoas jurídicas de direito público não responderão pelos atos de seus agentes cometidos sem dolo.

d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, inclusive nos casos de culpa, ou seja, mesmo quando o agente causou dano sem intenção.

19) A palavra legislação, como a utilizada no CTN, significa lei em sentido amplo, abrangendo, além das leis em sentido estrito, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Considerando a legislação tributária, julgue os itens a seguir.

I - Considere que um contribuinte receba notificação de que foi proferida decisão administrativa denegando-lhe a restituição de tributos pagos indevidamente. Nesse caso, terá ele direito a promover ação anulatória de tal ato dentro de 5 anos, contados da data da notificação.

II - A Constituição Federal, como limitação do poder de tributar, vedou à União, aos estados, ao DF e aos municípios a instituição de tributos sobre templos de qualquer culto, criando-se, dessa forma, uma imunidade tributária.

III - Se uma lei publicada em janeiro de 2006 tem caráter meramente interpretativo, tal lei não se aplica aos fatos passados, em face do princípio da irretroatividade da lei tributária.

IV - Se o secretário da Receita Federal expediu ato normativo em 2/1/2006, e se tal ato somente foi publicado em 2/2/2006, sua vigência somente iniciará em 2/2/2006.

V - Se determinado crédito tributário prescreveu, é correto afirmar que ocorreu a exclusão tributária.

VI - Considere que, por negligência do agente público, ocorreu a decadência do crédito tributário por ele não ter sido constituído. Nesse caso, conclui-se, automaticamente, que tal crédito se extinguiu.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e VI estão incorretas.
- c) Apenas as alternativas IV e VI estão corretas.
- d) Apenas as alternativas III, V e VI estão corretas.

20) Sobre o Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição da República, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – As taxas podem ter base de cálculo própria de impostos.

II – Uma das funções da lei complementar é dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

III – Empréstimos compulsórios podem ser instituídos por lei ordinária ou por medida provisória.

IV – É de competência exclusiva da União a instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais

V – A Emenda Constitucional nº42/2003, introduziu na Constituição da República autorização para incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) As afirmativas II, IV e V estão incorretas.
- c) As afirmativas I, III e V estão corretas.
- d) As afirmativas I e III estão incorretas.

21) Acerca do direito das obrigações e da responsabilidade civil, julgue os itens subseqüentes.

I - Quando o devedor contrai com o credor nova obrigação, visando extinguir e substituir a anterior, ainda que a obrigação seja nula, prescrita ou extinta, verifica-se a novação. Da mesma forma, verifica-se novação se surgir novo devedor, sucessor do anterior, hipótese em que este fica desobrigado, transmitindo ao novo devedor a obrigação pela qual, até então, era o responsável.

II - O inadimplemento de uma obrigação indivisível, com pluralidade de devedores, converte-a em perdas e danos, dando lugar à indenização, em dinheiro, dos prejuízos causados ao credor, o que torna a obrigação divisível. Ainda que apenas um dos devedores seja culpado pela inadimplência, todos os demais responderão, em partes iguais, pela quitação de suas quotas na dívida, acrescidas das perdas e danos em decorrência do inadimplemento da obrigação.

III - Se no contrato forem estipuladas arras penitenciais, a inexecução do contrato faculta à parte inocente pedir indenização suplementar, se provar que o seu prejuízo foi maior que o valor das arras. Poderá, também, exigir a execução do contrato, acrescido das perdas e danos.

IV - O conhecimento do vício aparente do produto adquirido por parte do consumidor, no momento do recebimento, exclui a garantia, presumindo-se que o comprador aceitou a coisa defeituosa, exonerando, assim, a responsabilidade do fornecedor.

V - A responsabilidade civil por ato de terceiro permite estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nessa hipótese, a obrigação de indenizar é objetiva; portanto, não se perquire a culpa do agente.

VI - Considere por hipótese que ocorra o desabamento da marquise de um prédio, depois de quatro anos de construção, provocando a morte de uma transeunte. Nessa situação, a responsabilidade civil pela reparação do dano é do proprietário do prédio.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
- b) Apenas as alternativas I, III e VI estão incorretas.
- c) Apenas as alternativas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas V e VI estão corretas.

22) Assinale a proposição INCORRETA:

a) O brasileiro naturalizado é elegível aos cargos que a Constituição da República Federativa do Brasil não reservou aos brasileiros natos.

b) O mandando eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

c) A *escusa de consciência* só leva à perda dos direitos políticos se o escusante negar-se a cumprir prestação alternativa. Todavia, qual a prestação alternativa, cabe à lei fixar.

d) Cabe às Constituições Estaduais definir os casos de inelegibilidade de Prefeitos, Vereadores, Governador de Estado e Deputados Estaduais.

23) Quanto aos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais no processo civil, julgue os itens subseqüentes.

I - Havendo sucumbência recíproca, qualquer das partes poderá deduzir pedido de reforma da sentença, na parte que sucumbiu, em sede de contra-razões da apelação. Nessa situação, a manifestação do recorrido deverá ser recebida como recurso adesivo.

II - A finalidade do recurso de embargos infringentes é a prevalência do voto vencido sobre o voto vencedor. Esses embargos são cabíveis contra decisão não unânime que reformou a sentença de mérito proferida em sede de apelação, remessa necessária e ação rescisória.

III - Os embargos de declaração podem ter, excepcionalmente, caráter infringente quando houver, no acórdão, suprimento de omissão, contradição entre o fundamento e o decisum ou em caso de manifesto erro material, cujo reconhecimento não implique reexame de prova ou da tese jurídica adotada na decisão embargada.

IV - A decisão referente ao juízo de admissibilidade dos recursos tem natureza declaratória e os efeitos da decisão que não conhece o recurso intempestivo contam-se do momento em que o tribunal ad quem proferiu o juízo negativo de admissibilidade. Assim, o prazo para propositura de eventual rescisória conta-se do trânsito em julgado da decisão que não conheceu o recurso.

V - A desistência do recurso pode ser feita desde o momento em que foi interposto até o momento imediatamente anterior ao julgamento, inclusive deduzida oralmente na sessão de julgamento, e independe da anuência do recorrido ou dos litisconsortes, produzindo os efeitos a que se destina desde logo, independentemente de homologação.

- a) Apenas as alternativas III e V estão incorretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e IV estão incorretas.
- c) Todas as alternativas estão incorretas.
- d) Apenas as alternativas I, III, IV e V estão corretas.

24) De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e equidade.
- b) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
- c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- d) A expressão “*legislação tributária*” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, sendo excluídos deste conceito os decretos regulamentares que tratem de idêntica matéria.

25) Com relação ao direito processual do trabalho, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Nesse sentido, considere, para o que for necessário, o valor de R\$ 4.678,13 como limite máximo do depósito recursal para a interposição de recurso ordinário.

I - Paulo, ex-empregado da pessoa jurídica A, ajuizou reclamação trabalhista contra as pessoas jurídicas A e B, alegando a existência de responsabilidade solidária em virtude de A ser controlada por B, formando assim grupo econômico. A sentença de primeira instância declarou a existência do grupo econômico e condenou A e B solidariamente ao pagamento das verbas rescisórias de Paulo, fixadas no valor de R\$ 15.000,00. Não se conformando, ambas as pessoas jurídicas interpuseram recurso ordinário, e B pleiteou sua exclusão da lide, alegando inexistência de responsabilidade solidária. Nessa situação, tanto A quanto B deverão efetuar o depósito recursal no valor de R\$ 4.678,13, sob pena de deserção de seus respectivos recursos.

II - Determinada pessoa jurídica interpôs recurso de revista, alegando que o acórdão regional violou diretamente a Constituição Federal. O presidente do TRT admitiu o recurso de revista, remetendo-o ao TST. Todavia, no TST, o relator, em decisão monocrática, negou seguimento ao recurso de revista em comento, por manifesta inadmissibilidade recursal. Nessa situação, o recurso cabível será o de embargos, para a Subseção 1, Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).

III - Determinada pessoa jurídica, após garantir o juízo, ajuizou embargos à execução de título judicial, alegando inexigibilidade do título, pois fundado em lei declarada inconstitucional pelo STF. Nessa situação, os embargos à execução devem ser rejeitados, pois esta matéria deve ser objeto de ação rescisória.

IV - Humberto ajuizou reclamação trabalhista contra seu antigo empregador. Devidamente citado, o reclamado apresentou sua contestação, alegando apenas a existência de justa causa, para a rescisão do contrato de

trabalho, e inaplicabilidade da multa prevista no art. 477, § 8.º, da CLT. A sentença julgou absolutamente procedente o pedido formulado por Humberto. Em sede de recurso ordinário, o antigo empregador de Humberto requereu a compensação de valores que haviam sido pagos ainda na vigência do contrato de trabalho. Nessa situação, se for demonstrado o efetivo pagamento dos referidos valores, a compensação é devida.

V - O representante legal de determinada pessoa jurídica recebeu notificação pessoal para que se manifestasse, no prazo de 5 dias, sobre laudo pericial apresentado nos autos. Nessa situação, o prazo iniciar-se-á a partir da realização da notificação, e não da data da juntada do documento noticiatório aos autos.

- a) Apenas as alternativas I e V estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Apenas as alternativas I, II, III e IV estão incorretas.
- d) Apenas as alternativas I, IV e V estão corretas.